



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus da UFMG - Bairro Pampulha
Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901 - Telefone: (31) 3439-9442- <http://www.cdtm.br>

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

CONTRATO Nº: 03/2026/CDTN/DIGEA

CONTRATADA: G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA

VIGÊNCIA: 18/02/2026 A 18/02/2028

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM CARÁTER CONTÍNUO, EXECUTADOS SOB REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, VISANDO À MANUTENÇÃO, ADAPTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, CONSERTO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E REPARAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES, ÁREAS URBANIZADAS E EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS PREDIAIS AUXILIARES DE TODAS AS EDIFICAÇÕES DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR – CNEN/CDTN, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

ÓRGÃO REQUISITANTE: CDTN/SEENG

PREGÃO Nº: 90005/2025



Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus da UFMG - Bairro Pampulha
Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901 - Telefone: (31) 3439-9442- <http://www.cdtm.br>

TERMO Nº: 07/2026
ANO DE 2026
PROCESSO CNEN/CDTN 01344.001139/2025-17

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026/CDTN/DIGEA, QUE FAZEM ENTRE SI A DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN, POR SUA UNIDADE ADMINISTRATIVA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR - CDTN E A EMPRESA G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM CARÁTER CONTÍNUO, EXECUTADOS SOB REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, VISANDO À MANUTENÇÃO, ADAPTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, CONSERTO, CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO E REPARAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES, ÁREAS URBANIZADAS E EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS PREDIAIS AUXILIARES DE TODAS AS EDIFICAÇÕES DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR – CNEN/CDTN, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

A **COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN**, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criada pela Lei nº 4.118, de 27/08/1962, alterada pelas Leis nos 6.189, de 16/12/1974 e 7.781, de 27/06/1989, com sede na Rua General Severiano, nº 90, Botafogo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por sua Unidade Administrativa **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR - CDTN**, estabelecida na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, Campus da UFMG, Pampulha, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.402.552/0012-89, neste ato representada por sua Diretora Dra. Amenônia Maria Ferreira Pinto, nomeada pela Portaria MCTI nº 401, de 21/05/2024, publicada no DOU de 22/05/2024, portadora da Matrícula Funcional nº 0669695, doravante denominado **CNEN/CDTN**, e a empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.094.346/0001-45, sediada no SCN Quadra 2 S/N, Bloco A Sala 602 - Asa Norte, Edifício Corporate Financial, Brasília - DF, CEP: 70340-000, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Elmo Toledo Lacerda, conforme procuração ou contrato social apresentado nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 01344.001139/2025-17 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90005/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de engenharia em caráter contínuo, executados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando à manutenção, adaptação, modernização, conserto, conservação, operação e reparação das edificações, instalações, áreas urbanizadas e equipamentos dos sistemas prediais auxiliares de todas as edificações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear - CNEN/CDTN, conforme as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta da CONTRATADA;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **2 (dois) anos** contados da assinatura deste contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus da UFMG - Bairro Pampulha
Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901 - Telefone: (31) 3439-9442- <http://www.cdtm.br>

- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.7. Sujeitando-se a CONTRATADA ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 2.8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.
- 2.9. É obrigatória a avaliação da existência de orçamento a cada início de exercício financeiro e da vantagem na continuidade da contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal estimado da contratação é de **R\$ 248.199,60** (duzentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e nove reais e sessenta centavos), perfazendo o valor anual estimado de **R\$ 2.978.395,20** (dois milhões, novecentos e setenta e oito mil trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) e total estimado de **R\$ 5.956.790,40** (cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus da UFMG - Bairro Pampulha
Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901 - Telefone: (31) 3439-9442- <http://www.cdtm.br>

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento a CONTRATADA e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

- 7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CNEN/CDTN

- 8.1. São obrigações da CNEN/CDTN:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - 8.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - 8.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. Demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

- 8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CNEN/CDTN, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CNEN/CDTN, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a CNEN/CDTN e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação da CNEN/CDTN, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CNEN/CDTN;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus da UFMG - Bairro Pampulha
Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901 - Telefone: (31) 3439-9442- <http://www.cdtm.br>

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, a CNEN/CDTN, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CNEN/CDTN ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CNEN/CDTN ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;



Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus da UFMG - Bairro Pampulha
Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901 - Telefone: (31) 3439-9442- <http://www.cdtm.br>

- 9.31. Garantir o acesso da CNEN/CDTN, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar a CNEN/CDTN toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar a CNEN/CDTN os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CNEN/CDTN. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar a CNEN/CDTN, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes

estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciadores contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações da CNEN/CDTN quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples

Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

- 9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. A CONTRATADA deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. A CNEN/CDTN poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CNEN/CDTN, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CNEN/CDTN, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CNEN/CDTN nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- 13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.9.3. Das indenizações e multas.
- 13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito da CNEN/CDTN e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 13.12. A CNEN/CDTN poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 13.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 13.14. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CNEN/CDTN reterá:
 - 13.14.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 13.14.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 13.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica a CONTRATADA obrigada a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las a CNEN/CDTN, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.
- 13.16. A CNEN/CDTN poderá ainda:
 - 13.16.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

- 13.16.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 13.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 13.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CNEN/CDTN, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I) Gestão/unidade: 11501/113205 – Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear;
 - II) Fonte de recursos: 1000000000;
 - III) Programa de trabalho: 229018;
 - IV) Elemento de despesa: 339037 04; e
 - V) Plano interno: 20UX0002024.



Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus da UFMG - Bairro Pampulha
Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901 - Telefone: (31) 3439-9442- <http://www.cdtm.br>

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CNEN/CDTN, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.


17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO


17.1. Incumbirá a CNEN/CDTN divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Seção Judiciária de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2026.


 Documento assinado digitalmente
AMENONIA MARIA FERREIRA PINTO
Data: 19/02/2026 11:09:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


 Documento assinado digitalmente
ELMO TOLEDO LACERDA
Data: 18/02/2026 14:01:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amenônia Maria Ferreira Pinto
Diretora - CDTN

Elmo Toledo Lacerda
Representante Legal
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA

TESTEMUNHAS

 Documento assinado digitalmente
VALERIA FERREIRA DE CASTRO REIS
Data: 18/02/2026 14:37:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 Documento assinado digitalmente
ANA FLAVIA MOREIRA CAMPOS ZANFORLIN
Data: 19/02/2026 11:15:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: _____

Nome: _____

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTRATO 03/2026/CDTN/DIGEA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 01344.001139/2025-17

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025

EMPRESA: G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA

VALOR DA PROPOSTA

TOTAL 24 MESES:	R\$ 5.956.790,40
MENSAL:	R\$ 248.199,60

PREENCHER OS CAMPOS EM "AZUL"

CAMPOS EM "AMARELO", SE NECESSÁRIO E JUSTIFICADO, PODEM SER ALTERADOS

DADOS BASE PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA	1	2	3	4	5	6
POSTO DE TRABALHO	ESPECIALISTA TÉCNICO (CBO 2142-05)	COORDENADOR DE MANUTENÇÃO (CBO 1427-05)	ANALISTA DE PLANEJAMENTO DE MANUTENÇÃO (CBO 3911-45)	TÉCNICO EM ELETRICIDADE/ELETROTÉCNICO (CBO 3131-05)	OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (CBO 5143-25)	MEIO OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (CBO 5143-10)
SALÁRIO NORMATIVO DA CATEGORIA PROFISSIONAL BASE JORNADA SEMANAL DE 44 HORAS	R\$ 10.860,60	R\$ 8.391,00	R\$ 4.063,54	R\$ 3.839,09	R\$ 2.448,60	R\$ 1.848,00
ACORDO, CONVENÇÃO OU DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO AO QUAL OS FUNCIONÁRIOS ESTÃO VINCULADOS (REGISTRO)						
DATA BASE DA CATEGORIA (DIA/MÊS/ANO)						
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ALOCADOS	1	1	1	4	10	2

Nota: Para o posto de "Especialista Técnico" foi considerada a pesquisa pra 40 horas semanais

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO (INDIVIDUAL POR FUNCIONÁRIO)		BASE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
A - SALÁRIO	REMUNERAÇÃO BASEADA EM JORNADA SEMANAL DE 44 HORAS:	R\$	10.860,60	R\$ 8.391,00	R\$ 4.063,54	R\$ 3.839,09	R\$ 2.448,60	R\$ 1.848,00
	REMUNERAÇÃO BASEADA EM JORNADA SEMANAL DE 40 HORAS:	R\$	R\$ 10.860,60	R\$ 7.628,18	R\$ 3.694,13	R\$ 3.490,08	R\$ 2.226,00	R\$ 1.680,00
B - PERCENTUAL DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE SOBRE O SALÁRIO		30%	R\$ 3.258,18	R\$ 2.288,45	R\$ 1.108,24	R\$ 1.047,02	R\$ 667,80	R\$ 504,00
C - ADICIONAIS SALARIAIS - ACUMULO DE FUNÇÃO		20%	10.860,60	R\$ 1.525,64	R\$ 738,83	10.860,60	R\$ 445,20	R\$ 336,00
D - OUTROS (ESPECIFICAR NATUREZA E INDICAR CUSTO POR FUNCIONÁRIO)			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		R\$	R\$ 14.118,78	R\$ 11.442,27	R\$ 5.541,19	R\$ 4.537,11	R\$ 3.339,00	R\$ 2.520,00

Nota: O competente Laudo Pericial da CNEN/CDTN que comprova a incidência de adicional de periculosidade no percentual de 30% (trinta por cento) consta do Edital.

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS

2 - BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENS AIS		BASE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	
A - VALE-TRANSPORTE	NÚMERO ESTIMADO DE DIAS ÚTEIS POR MÊS (JORNADA DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA):		21	21	21	21	21	21	
	TARIFA 1 BH BUS	QUANTIDADE ESTIMADA DE CONDUÇÕES DIÁRIAS:	4	4	4	4	4	4	
		VALOR UNITÁRIO DA TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO:		R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75
	TARIFA 2 ESPECIFICAR	QUANTIDADE ESTIMADA DE CONDUÇÕES DIÁRIAS:		0	0	0	0	0	
		VALOR UNITÁRIO DA TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO:		R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75	R\$ 5,75
	(-) PARTICIPAÇÃO DO FUNCIONÁRIO NO CUSTEIO DO VALE-TRANSPORTE:		6%	(R\$ 483,00)	(R\$ 457,69)	(R\$ 221,65)	(R\$ 209,40)	(R\$ 133,56)	(R\$ 100,80)
GASTO EFETIVO COM VALE TRANSPORTE:		R\$	R\$ 0,00	R\$ 25,31	R\$ 261,35	R\$ 273,60	R\$ 349,44	R\$ 382,20	
B - VALE-ALIMENTAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DO BENEFÍCIO:		R\$ 35,82	R\$ 42,00	R\$ 35,82	R\$ 35,82	R\$ 35,82	R\$ 35,82	
	NÚMERO ESTIMADO DE DIAS ÚTEIS POR MÊS:		21	21	21	21	21	21	
	PARTICIPAÇÃO DO FUNCIONÁRIO NO CUSTEIO DO VALE-ALIMENTAÇÃO:			(R\$ 176,40)	(R\$ 56,42)	(R\$ 56,42)	(R\$ 56,42)	(R\$ 37,61)	(R\$ 37,61)
	GASTO EFETIVO COM VALE-ALIMENTAÇÃO:		R\$	R\$ 705,60	R\$ 695,79	R\$ 695,79	R\$ 695,79	R\$ 714,59	R\$ 714,59
C - ABONO DE FÉRIAS 80hs (ANUAL)		R\$ 50,53	R\$ 50,53	R\$ 50,53	R\$ 50,53	R\$ 50,53	R\$ 50,53	R\$ 50,53	
D - CAFÉ DA MANHÃ E CAFÉ DA TARDE	VALOR UNITÁRIO (DIÁRIO) DO BENEFÍCIO:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	NÚMERO ESTIMADO DE DIAS ÚTEIS POR MÊS:		21	21	21	21	21	21	
	PARTICIPAÇÃO DO FUNCIONÁRIO NO CUSTEIO DO BENEFÍCIO	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO:	R\$ 1.518,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
		PARTICIPAÇÃO DO FUNCIONÁRIO (% DO SALÁRIO MÍNIMO):	0%						
	GASTO EFETIVO COM CAFÉ DA MANHÃ:		R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
E - CESTA BÁSICA	VALOR UNITÁRIO DO BENEFÍCIO:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	PARTICIPAÇÃO DO FUNCIONÁRIO NO CUSTEIO DO VALE-ALIMENTAÇÃO:		0%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	GASTO EFETIVO COM VALE-ALIMENTAÇÃO:		R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
F - ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR (INFORMAR O PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO)			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
G - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA (INFORMAR O PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO)			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
H - AUXÍLIO CRECHE			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I - SEGURO DE VIDA, INVALIDEZ E FUNERAL		R\$ 2,75	R\$ 2,75	R\$ 2,75	R\$ 2,75	R\$ 2,75	R\$ 2,75	R\$ 2,75	
J - OUTROS (ESPECIFICAR NATUREZA E INDICAR CUSTO POR FUNCIONÁRIO)	CESTA DE NATAL		R\$ 36,35	R\$ 36,35	R\$ 36,35	R\$ 36,35	R\$ 36,35	R\$ 36,35	
	ABONO INDENIZATÓRIO			R\$ 54,17	R\$ 54,17	R\$ 54,17	R\$ 54,17	R\$ 41,67	
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS:		R\$	R\$ 849,40	R\$ 864,89	R\$ 1.100,93	R\$ 1.113,18	R\$ 1.195,33	R\$ 1.219,75	

Notas explicativas:

a) O quadro acima está preparado para apurar o valor do custo real do insumo (gasto efetivo), ou seja, já descontado valores eventualmente a serem pagos pelos empregados.

b) O abono de férias corresponde a 80 horas de trabalho, calculadas a partir do salário dos funcionários, estando o valor do salário base para cálculo limitado ao valor indicado no campo em amarelo.

c) Lançar o valor de alimentação ou no campo cesta básica/cafê da manhã e café da tarde ou no campo vale alimentação conforme CCT adotada.

MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS

3 - INSUMOS DIVERSOS		BASE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
A - UNIFORMES		R\$ 44.375,15	R\$ 194,63	R\$ 194,63	R\$ 194,63	R\$ 194,63	R\$ 194,63	R\$ 194,63
B - EPI - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL		R\$ 32.863,54	R\$ 144,14	R\$ 144,14	R\$ 144,14	R\$ 144,14	R\$ 144,14	R\$ 144,14
C - FERRAMENTAS ^{a,b} (DEPRECIÇÃO 100% EM 5 ANOS)	CUSTO TOTAL DE AQUISIÇÃO:	R\$ 97.247,52						
	VIDA ÚTIL, EXPRESSA EM MESES:	60	R\$ 85,30	R\$ 85,30	R\$ 85,30	R\$ 85,30	R\$ 85,30	R\$ 85,30
	VALOR RESIDUAL AO FINAL DA VIDA ÚTIL, EXPRESSO EM R\$:							
D - SMARTPHONE ^{a,b}	CUSTO TOTAL DE AQUISIÇÃO:	R\$ 12.463,43						
	VIDA ÚTIL, EXPRESSA EM MESES:	24	R\$ 27,33	R\$ 27,33	R\$ 27,33	R\$ 27,33	R\$ 27,33	R\$ 27,33
	VALOR RESIDUAL AO FINAL DA VIDA ÚTIL, EXPRESSO EM R\$:							
E - SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO (VALOR MENSAL) - 19 LICENÇAS		R\$ 3.500,00	R\$ 184,21	R\$ 184,21	R\$ 184,21	R\$ 184,21	R\$ 184,21	R\$ 184,21
F - PGR / PCMSO / LTCAT		R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00
G - EXAMES MÉDICOS (ADMISSIONAL, PERIÓDICO E DEMISSIONAL)		R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00
H - SISTEMA DE REGISTRO DE PONTO ^{a,b}	CUSTO TOTAL DE AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO:	R\$ 3.100,00						
	VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, EXPRESSA EM MESES:	60	R\$ 2,72	R\$ 2,72	R\$ 2,72	R\$ 2,72	R\$ 2,72	R\$ 2,72
	VALOR RESIDUAL DO EQUIPAMENTO AO FINAL DA VIDA ÚTIL, EXPRESSO EM R\$:							
I - OUTROS (ESPECIFICAR A NATUREZA E INDICAR O CUSTO POR FUNCIONÁRIO)	PLANO MENSAL DE CELULAR DADOS E VOZ ACIMA DE 15GB POR MÊS POR SMARTPHONE	R\$ 95,75	R\$ 95,75	R\$ 95,75	R\$ 95,75	R\$ 95,75	R\$ 95,75	R\$ 95,75
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		R\$	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08

Notas explicativas:

a) Ferramenta, smartphone e relógio de registro de ponto - Obs. 1: Lançar o valor correspondente ao custo total de aquisição (a planilha fará o cálculo automático do valor, com a depreciação lançada dividido pelo número dos postos de trabalho). 2: Em caso de dissolução do vínculo contratual, a qualquer momento e por qualquer motivo, as ferramentas, o smartphone, o relógio de ponto de fornecimento da Contratada pertencem à mesma e devem ser recolhidos por essa, sem incidência de qualquer ônus ou valor a pagar pela Contratante. 3: Depreciação conforme IN 1700/2017 da RFB (Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017). 4: Caso seja adotado o sistema de registro de ponto nas modalidades REP-A ou REP-P mediante pagamento de mensalidade, o valor da mensalidade deve ser lançado como "Custo total de aquisição do equipamento e na "Vida útil do equipamento, expressa em meses", deverá ser lançado o valor 1 (em substituição a 60), pois trata-se de uma despesa de aluguel de software, sem aquisição de propriedade.

b) Após o período de depreciação, deverá ser feita a renovação de todas as ferramentas, smartphone e relógio de ponto fornecidos dentro do contrato por itens novos e de qualidade igual ou superior.

c) A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

d) Todos os custos relativos aos insumos do contrato deverão se tratar de itens novos, originais, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente certificados quando aplicável (ex.: EPI com CA - Certificado de Aprovação Vigente).

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 4.1 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

4.1 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS		%	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	
A - INSS		5,0%	R\$ 705,94	R\$ 572,11	R\$ 277,06	R\$ 226,86	R\$ 166,95	R\$ 126,00	
B - SESI OU SESC		1,50%	R\$ 211,78	R\$ 171,63	R\$ 83,12	R\$ 68,06	R\$ 50,09	R\$ 37,80	
C - SENAI OU SENAC		1,00%	R\$ 141,19	R\$ 114,42	R\$ 55,41	R\$ 45,37	R\$ 33,39	R\$ 25,20	
D - INCRA		0,20%	R\$ 28,24	R\$ 22,88	R\$ 11,08	R\$ 9,07	R\$ 6,68	R\$ 5,04	
E - SALÁRIO EDUCAÇÃO		2,50%	R\$ 352,97	R\$ 286,06	R\$ 138,53	R\$ 113,43	R\$ 83,48	R\$ 63,00	
F - FGTS		8,00%	R\$ 1.129,50	R\$ 915,38	R\$ 443,30	R\$ 362,97	R\$ 267,12	R\$ 201,60	
G - SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO	ALÍQUOTA RAT:	1,00%	R\$ 175,07	R\$ 141,88	R\$ 68,71	R\$ 56,26	R\$ 41,40	R\$ 31,25	
	FAP:	1,24							
	RAT AJUSTADO:	1,24%							
H - SEBRAE		0,60%	R\$ 84,71	R\$ 68,65	R\$ 33,25	R\$ 27,22	R\$ 20,03	R\$ 15,12	
TOTAL DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS:			20,04%	R\$ 2.829,40	R\$ 2.293,03	R\$ 1.110,45	R\$ 909,24	R\$ 669,14	R\$ 505,01

Notas explicativas:

a) Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS devem ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

b) As alíquotas do GILL-RAT ou Seguro de Acidente de Trabalho - SAT são de 1%, 2% ou 3%. Esta alíquota é estabelecida de acordo com as atividades preponderantes e correspondentes ao grau de risco. O Fator Acidentário de Prevenção - FAP é um índice aplicado sobre a contribuição GILLRAT, que tanto pode resultar em aumento como diminuição da respectiva contribuição. O FAP é um multiplicador aplicado sobre a alíquota do seguro no qual varia num intervalo de 0,05% a 2,00%.

c) Percentuais incidentes sobre a remuneração.

SUBMÓDULO 4.2 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS

4.2 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS		%	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	
A - 13º SALÁRIO		8,33%	R\$ 1.176,09	R\$ 953,14	R\$ 461,58	R\$ 377,94	R\$ 278,14	R\$ 209,92	
B - ADICIONAL DE FÉRIAS		3,77%	R\$ 532,28	R\$ 431,37	R\$ 208,90	R\$ 171,05	R\$ 125,88	R\$ 95,00	
SUBTOTAL:		12,10%	R\$ 1.708,37	R\$ 1.384,52	R\$ 670,48	R\$ 548,99	R\$ 404,02	R\$ 304,92	
C - INCIDÊNCIA DO SUB-MÓDULO 4.1 SOBRE O 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS		2,42%	R\$ 342,36	R\$ 277,46	R\$ 134,37	R\$ 110,02	R\$ 80,97	R\$ 61,11	
TOTAL DO 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS:			14,52%	R\$ 2.050,73	R\$ 1.661,97	R\$ 804,85	R\$ 659,01	R\$ 484,98	R\$ 366,03

Nota explicativa: percentuais incidentes sobre a remuneração.

SUBMÓDULO 4.3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

4.3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
A - AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,46%	R\$ 64,95	R\$ 52,63	R\$ 25,49	R\$ 20,87	R\$ 15,36	R\$ 11,59
B - INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,04%	R\$ 5,20	R\$ 4,21	R\$ 2,04	R\$ 1,67	R\$ 1,23	R\$ 0,93
C - MULTA DO FGTS DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	3,44%	R\$ 485,69	R\$ 393,61	R\$ 190,62	R\$ 156,08	R\$ 114,86	R\$ 86,69
D - AVISO PRÉVIO TRABALHADO	1,94%	R\$ 273,90	R\$ 221,98	R\$ 107,50	R\$ 88,02	R\$ 64,78	R\$ 48,89
E - INCIDÊNCIA DO SUB-MÓDULO 4.1 SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,39%	R\$ 54,89	R\$ 44,48	R\$ 21,54	R\$ 17,64	R\$ 12,98	R\$ 9,80
F - MULTA DO FGTS DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,06%	R\$ 8,47	R\$ 6,87	R\$ 3,32	R\$ 2,72	R\$ 2,00	R\$ 1,51
TOTAL - PROVISÃO PARA RESCISÃO:	6,33%	R\$ 893,09	R\$ 723,79	R\$ 350,51	R\$ 287,00	R\$ 211,21	R\$ 159,40

Nota explicativa: percentuais incidentes sobre a remuneração.

a) O TCU considera que os percentuais de aviso prévio indenizado e trabalhado da Planilha de Composição de Preços da Administração sejam de 0,46% e 1,94%, respectivamente (Acórdãos nº 1904/2007 - Plenário, nº 3006/2010 - Plenário e nº 11186/2017 - Plenário). Recomenda-se que a adoção de metodologia de cálculo diversa seja devidamente demonstrada no processo em memória de cálculo com esclarecimentos. Além disso, nas licitações para contratação de mão de obra terceirizada, a Administração deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.

b) Percentuais incidentes sobre a remuneração.

SUBMÓDULO 4.4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.4 - COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	%	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
A - FÉRIAS	8,33%	R\$ 1.176,09	R\$ 953,14	R\$ 461,58	R\$ 377,94	R\$ 278,14	R\$ 209,92
B - AUSÊNCIA POR DOENÇA	1,39%	R\$ 196,25	R\$ 159,05	R\$ 77,02	R\$ 63,07	R\$ 46,41	R\$ 35,03
C - AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,03%	R\$ 3,67	R\$ 2,97	R\$ 1,44	R\$ 1,18	R\$ 0,87	R\$ 0,66
D - LICENÇA PATERNIDADE	0,02%	R\$ 2,82	R\$ 2,29	R\$ 1,11	R\$ 0,91	R\$ 0,67	R\$ 0,50
E - AUSÊNCIAS LEGAIS	0,28%	R\$ 39,53	R\$ 32,04	R\$ 15,52	R\$ 12,70	R\$ 9,35	R\$ 7,06
F - AUSÊNCIA POR ACIDENTE DE TRABALHO	0,07%	R\$ 9,88	R\$ 8,01	R\$ 3,88	R\$ 3,18	R\$ 2,34	R\$ 1,76
G - OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL:	10,12%	R\$ 1.428,26	R\$ 1.157,50	R\$ 560,55	R\$ 458,97	R\$ 337,77	R\$ 254,92
H - INCIDÊNCIA DO SUB-MÓDULO 4.1 SOBRE O CUSTO DE REPOSIÇÃO	2,03%	R\$ 286,22	R\$ 231,96	R\$ 112,33	R\$ 91,98	R\$ 67,69	R\$ 51,09
TOTAL DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE:	12,14%	R\$ 1.714,48	R\$ 1.389,46	R\$ 672,88	R\$ 550,95	R\$ 405,46	R\$ 306,01

Nota explicativa: percentuais incidentes sobre a remuneração.

QUADRO-RESUMO - MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	%	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
4.1 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS	20,04%	R\$ 2.829,40	R\$ 2.293,03	R\$ 1.110,45	R\$ 909,24	R\$ 669,14	R\$ 505,01
4.2 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	14,52%	R\$ 2.050,73	R\$ 1.661,97	R\$ 804,85	R\$ 659,01	R\$ 484,98	R\$ 366,03
4.3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	6,33%	R\$ 893,09	R\$ 723,79	R\$ 350,51	R\$ 287,00	R\$ 211,21	R\$ 159,40
4.4 - COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	12,14%	R\$ 1.714,48	R\$ 1.389,46	R\$ 672,88	R\$ 550,95	R\$ 405,46	R\$ 306,01
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:	53,03%	R\$ 7.487,71	R\$ 6.068,26	R\$ 2.938,70	R\$ 2.406,19	R\$ 1.770,79	R\$ 1.336,45

Nota explicativa: percentuais incidentes sobre a remuneração.

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		%	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	
A - CUSTOS INDIRETOS		5,00%	R\$ 1.160,75	R\$ 956,73	R\$ 517,00	R\$ 440,78	R\$ 353,21	R\$ 291,76	
B - LUCRO		4,39%	R\$ 1.069,36	R\$ 881,40	R\$ 476,29	R\$ 406,08	R\$ 325,40	R\$ 268,79	
SUBTOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS E LUCRO:			R\$ 2.230,11	R\$ 1.838,13	R\$ 993,29	R\$ 846,85	R\$ 678,61	R\$ 560,56	
C - TRIBUTOS	C.1 - TRIBUTOS FEDERAIS	PIS	0,73%	R\$ 212,75	R\$ 175,35	R\$ 94,76	R\$ 80,79	R\$ 64,74	R\$ 53,48
		COFINS	3,36%	R\$ 979,22	R\$ 807,10	R\$ 436,14	R\$ 371,84	R\$ 297,97	R\$ 246,13
	C.2 - TRIBUTOS ESTADUAIS (ESPECIFICAR)			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	C.3 - TRIBUTOS MUNICIPAIS	ISS	5,00%	R\$ 1.457,17	R\$ 1.201,04	R\$ 649,02	R\$ 553,34	R\$ 443,41	R\$ 366,27
				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	C.4 - OUTROS TRIBUTOS (ESPECIFICAR)	CPRB	3,60%	R\$ 1.049,16	R\$ 864,75	R\$ 467,29	R\$ 398,40	R\$ 319,25	R\$ 263,72
				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL DOS TRIBUTOS:			R\$ 3.698,29	R\$ 3.048,25	R\$ 1.647,21	R\$ 1.404,38	R\$ 1.125,37	R\$ 929,60	
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO:			R\$ 5.928,40	R\$ 4.886,38	R\$ 2.640,50	R\$ 2.251,23	R\$ 1.803,99	R\$ 1.490,16	

Notas explicativas:

a) Custos indiretos, tributos e lucro por empregado.

b) O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

c) Lucro e Custos Indiretos (administrativos, operacionais, de supervisão, etc.), incidentes sobre o total da Remuneração + Encargos Sociais + Insumos.

d) Conforme Acórdão 1.595/2006 – Plenário – TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e pessoalística, que oneram diretamente a CONTRATADA.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)	BASE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
A - MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	R\$ 14.118,78	R\$ 11.442,27	R\$ 5.541,19	R\$ 4.537,11	R\$ 3.339,00	R\$ 2.520,00
B - MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	R\$	R\$ 849,40	R\$ 864,89	R\$ 1.100,93	R\$ 1.113,18	R\$ 1.195,33	R\$ 1.219,75
C - MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS (UNIFORMES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS)	R\$	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08	R\$ 759,08
D - MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$	R\$ 7.487,71	R\$ 6.068,26	R\$ 2.938,70	R\$ 2.406,19	R\$ 1.770,79	R\$ 1.336,45
SUBTOTAL (A + B + C + D):	R\$	R\$ 23.214,97	R\$ 19.134,50	R\$ 10.339,90	R\$ 8.815,56	R\$ 7.064,20	R\$ 5.835,28
E - MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	R\$ 5.928,40	R\$ 4.886,38	R\$ 2.640,50	R\$ 2.251,23	R\$ 1.803,99	R\$ 1.490,16
VALOR TOTAL POR EMPREGADO:	R\$	R\$ 29.143,37	R\$ 24.020,88	R\$ 12.980,41	R\$ 11.066,79	R\$ 8.868,19	R\$ 7.325,44

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

1) A licitante deverá apresentar as planilhas de composição do BDI (benefícios e despesas indiretas), na forma do art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e do Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União:

Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do material ou serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

IV - taxa de lucro.

Deverá ser apresentado a composição do BDI para compra de material e para a contratação de serviços, conforme a tabela abaixo.

Parcelas do BDI	Valor percentual adotado
(AC) - Administração Central	3,14
(S) + (G) - Seguro e Garantia	0,50
(R) - Risco	0,50
(DF) - Despesas Financeiras	0,80
(L) - Lucro	1,00
(I ₁) - PIS	0,73
(I ₂) - COFINS	3,36
(I ₃) - CPRB	3,60
BDI Adotado	14,85

2) Na análise da proposta de preços, serão utilizados os parâmetros abaixo listados para composição dos índices de BDI para materiais e serviços, baseadas nos estudos do Tribunal de Contas da União – TCU, em consonância com o Acórdão nº 2.622/2013- Plenário.

2.1 Valores de BDI por tipo de obra

Tipo de obra	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
Fornecimento de materiais e equipamentos	11,10%	14,02%	16,80%
BDI	11,10%	14,02%	16,80%

2.2 Fórmula de Cálculo do BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

2.3 Quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados acima, será realizado exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos na decisão do TCU, levando sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto.

Construção de edifícios	1º Quartil	Médio	3º Quartil
BDI (material)			
Rateio da Administração Central	1,50%	3,45%	4,49%
Seguro + Garantia	0,30%	0,48%	0,82%
Risco	0,56%	0,85%	0,89%
Despesa Financeira	0,85%	0,85%	1,11%
Lucro	3,50%	5,11%	6,22%

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

REF.A: VALOR TOTAL FIXO MENSAL DE MÃO DE OBRA

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO		VALOR PROPOSTO POR EMPREGADO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ALOCADOS	CUSTO TOTAL POR FUNÇÃO
		(A)	(B)	(A) x (B) = (C)
I -	ESPECIALISTA TÉCNICO (CBO 2142-05)	R\$ 29.143,37	1	R\$ 29.143,37
II -	COORDENADOR DE MANUTENÇÃO (CBO 1427-05)	R\$ 24.020,88	1	R\$ 24.020,88
III -	ANALISTA DE PLANEJAMENTO DE MANUTENÇÃO (CBO 3911-45)	R\$ 12.980,41	1	R\$ 12.980,41
IV -	TÉCNICO EM ELETRICIDADE/ ELETROTÉCNICO (CBO 3131-05)	R\$ 11.066,79	4	R\$ 44.267,16
V -	OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (CBO 5143-25)	R\$ 8.868,19	10	R\$ 88.681,90
VI -	MEIO OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (CBO 5143-10)	R\$ 7.325,44	2	R\$ 14.650,88
CUSTO TOTAL MENSAL COM MÃO DE OBRA:				R\$ 213.744,60
DESCRIÇÃO				CUSTO TOTAL MENSAL
VALOR MÁXIMO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO, PEÇAS E SERVIÇOS				R\$ 30.000,00
ACRÉSCIMO CORRESPONDENTE AO BDI			14,85%	R\$ 4.455,00
CUSTO TOTAL MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO E SERVIÇOS:				R\$ 34.455,00
CUSTO TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA + SERVIÇOS:				R\$ 248.199,60

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS**

REF.A: VALOR TOTAL FIXO MENSAL DE MÃO DE OBRA

FUNÇÕES	NÚMERO DE MESES DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
ESPECIALISTA TÉCNICO (CBO 2142-05)	24	R\$ 29.143,37	R\$ 699.440,88
COORDENADOR DE MANUTENÇÃO (CBO 1427-05)	24	R\$ 24.020,88	R\$ 576.501,12
ANALISTA DE PLANEJAMENTO DE MANUTENÇÃO (CBO 3911-45)	24	R\$ 12.980,41	R\$ 311.529,84
TÉCNICO EM ELETRICIDADE/ ELETROTÉCNICO (CBO 3131-05)	24	R\$ 44.267,16	R\$ 1.062.411,84
OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (CBO 5143-25)	24	R\$ 88.681,90	R\$ 2.128.365,60
MEIO OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (CBO 5143-10)	24	R\$ 14.650,88	R\$ 351.621,12
TOTAL:		R\$ 213.744,60	R\$ 5.129.870,40
DESCRIÇÃO		VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
VALOR MÁXIMO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO E SERVIÇOS		R\$ 30.000,00	R\$ 720.000,00
ACRÉSCIMO CORRESPONDENTE AO BDI	14,85%	R\$ 4.455,00	R\$ 106.920,00
TOTAL:		R\$ 34.455,00	R\$ 826.920,00

RESUMO

01) VALOR MENSAL DO CONTRATO	R\$ 248.199,60
02) VALOR GLOBAL DO CONTRATO (24 MESES)	R\$ 5.956.790,40

O Tribunal de Contas da União adotou o entendimento de que as parcelas do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL não devem ser incluídas na composição do Lucro e Despesas Indiretas – LDI, uma vez que, por constituírem tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente o Contratado, não podem ser repassados para o contratante (cf. acórdão 1.595/2006 – Plenário, de relatoria do Ministro Guilherme Palmeira).

Em decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União, exarada no Acórdão 325/2007 – Plenário, o Ministro Relator adotou como relatório de seu voto estudo realizado por unidade técnica do TCU, que teve por objetivo lançar luzes sobre os itens constitutivos do LDI - Lucro e despesas indiretas. De acordo com este estudo, não se poderia incluir parcela referente a treinamento e reciclagem de pessoal nas planilhas de formação de custos, uma vez que estes itens já estão englobados no conceito de lucro, o que acarretaria uma dupla remuneração por um mesmo serviço. Entende-se que é obrigação da empresa fornecer empregados devidamente treinados e aptos para a execução dos serviços contratados e que o custeio de tal formação é de responsabilidade exclusiva da empresa que presta o serviço.